



# NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS DE 17 a 31 DE DEZEMBRO DE 2018

## ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

### ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

#### [Projeto de Lei 1055/XIII](#)

Institui um regime de autorização de residência assente em atividades de investimento em projetos ecológicos – Vistos Green

Autoria: BE

#### [Projeto de Lei 1057/XIII](#)

Lei de Bases da Habitação

Autoria: BE

#### [Projeto de Lei 1053/XIII](#)

Regulamentação do Lobbying

Autoria: PSD

### ÚLTIMOS DIPLOMAS APROVADOS

#### [Decreto da Assembleia 262/XIII](#)

Aprova o regime jurídico da distribuição de seguros e de resseguros, transpondo a Diretiva (UE) 2016/97, altera a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que aprova o regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, bem como o regime processual aplicável aos crimes especiais do setor segurador e dos fundos de pensões e às contraordenações cujo processamento compete à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, e revoga o Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho

[Decreto da Assembleia 261/XIII](#)

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação que preveja a isenção de tributação dos rendimentos prediais decorrentes de arrendamento ou subarrendamento habitacional no âmbito do Programa de Arrendamento Acessível

[Decreto da Assembleia 260/XIII](#)

Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e cria condições de acesso a incentivos fiscais em programas de construção de habitação para renda acessível

**AMBIENTE**

[Lei n.º 69/2018 - Diário da República n.º 248/2018, Série I de 2018-12-26](#)

Assembleia da República

Sistema de incentivo à devolução e depósito de embalagens de bebidas em plástico, vidro, metais ferrosos e alumínio (Primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 152-D/2017](#), de 11 de dezembro, relativo ao Regime Unificado dos Fluxos Específicos de Resíduos)

**CAIXA DE PREVIDÊNCIA DOS ADVOGADOS E SOLICITADORES**

[Decreto-Lei n.º 116/2018 - Diário da República n.º 246/2018, Série I de 2018-12-21 117471257](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o Regulamento da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores

**ENERGIA**

[Portaria n.º 332/2018 - Diário da República n.º 247/2018, Série I de 2018-12-24](#)

Planeamento e Infraestruturas

Sexta alteração do Regulamento Específico do Domínio da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, aprovado em anexo à [Portaria n.º 57-B/2015](#), de 27 de fevereiro

**INVESTIMENTO**

[Portaria n.º 328/2018 - Diário da República n.º 244/2018, Série I de 2018-12-19](#)

Administração Interna e Adjunto e Economia

Define o regime de certificação de empresas tendo em vista o acolhimento de nacionais de Estados terceiros que pretendam desenvolver uma atividade altamente qualificada em Portugal

## FINANCEIRO

[Decreto-Lei n.º 122/2018 - Diário da República n.º 250/2018, Série I de 2018-12-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria

BANCO DE PORTUGAL

[Comunicado do Banco de Portugal sobre a reserva contracíclica de fundos próprios – 1.º trimestre 2019](#)

31 dez. 2018

[Intermediários de crédito – prorrogação do regime transitório](#)

28 dez. 2018

[Banco de Portugal publica Instrução sobre o Reporte da exposição ao risco de taxa de juro resultante de atividades não incluídas na carteira de negociação e dos resultados do choque standard avaliado pelo supervisor](#)

[Nota de Informação Estatística - Financiamento das administrações públicas – outubro de 2018](#)

[Nota de Informação Estatística – Endividamento do setor não financeiro - outubro de 2018](#)

20 dez. 2018

[Nota de Informação Estatística - Balança de pagamentos - outubro de 2018](#)

19 dez. 2018

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Consulta Pública da CMVM sobre projeto de Regulamento relativo às sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia](#)

[CMVM analisa regime das OPA em estudo de caso para a OCDE](#)

[Indicadores mensais dos fundos de investimento imobiliário - novembro de 2018](#)

[Indicadores mensais dos fundos de investimento mobiliário - novembro de 2018](#)

## FISCAL

[Lei n.º 71/2018 - Diário da República n.º 251/2018, Série I de 2018-12-31](#)

Assembleia da República - Orçamento do Estado para 2019

[Decreto Regulamentar n.º 13/2018 - Diário da República n.º 250/2018, Série I de 2018-12-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas relativamente a empresas do setor bancário

[Portaria n.º 330-A/2018 - Diário da República n.º 245/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-20](#)

Finanças

Fixa o valor médio de construção por metro quadrado, para efeitos do artigo 39.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, a vigorar no ano de 2019

[Aviso n.º 146/2018 - Diário da República n.º 245/2018, Série I de 2018-12-20](#)

Negócios Estrangeiros

Decisão da República da Finlândia de denunciar a Convenção entre Portugal e a Finlândia para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre o Rendimento e sobre o Capital, assinada em Helsínquia a 27 de abril de 1970, aprovada pelo [Decreto-Lei n.º 494/70](#), publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 246, de 23 de outubro de 1970, e em vigor desde 14 de julho de 1971

## PÚBLICO

[Decreto-Lei n.º 123/2018 - Diário da República n.º 250/2018, Série I de 2018-12-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos

## TRABALHO

[Decreto-Lei n.º 117/2018 - Diário da República n.º 249/2018, Série I de 2018-12-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Fixa o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2019

[Decreto-Lei n.º 118/2018 - Diário da República n.º 249/2018, Série I de 2018-12-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o complemento extraordinário para pensões de mínimos

**Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.**

---

[Decreto-Lei n.º 119/2018 - Diário da República n.º 249/2018, Série I de 2018-12-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice

[Decreto Regulamentar n.º 12/2018 - Diário da República n.º 249/2018, Série I de 2018-12-27](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019

### **TRANSPORTES**

[Portaria n.º 328-A/2018 - Diário da República n.º 244/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-12-19](#)

Finanças e Planeamento e Infraestruturas

Procede à alteração e alargamento do regime de modulação do valor das taxas de portagem em benefício dos veículos das Classes 2, 3 e 4 afetos ao transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem ou público, instituído pela [Portaria n.º 41/2012](#), de 10 de fevereiro

### **URBANISMO**

[Decreto-Lei n.º 121/2018 - Diário da República n.º 250/2018, Série I de 2018-12-28](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Altera o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação

## PORTAL DO GOVERNO

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS EXTRAORDINÁRIO DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

O Conselho de Ministros aprovou, por via eletrónica, a resolução que estabelece o procedimento de atribuição de indemnizações pela morte das vítimas da derrocada parcial da Estrada Municipal 255, em Borba, no passado dia 19 de novembro.

### COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 20 DE DEZEMBRO DE 2018

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou a atualização do valor da Retribuição Mínima Mensal Garantida (RMMG) para os 600 euros (seiscentos euros), com entrada em vigor no dia 1 de janeiro de 2019.
2. Foi aprovado o decreto regulamentar que define e regulamenta a atualização extraordinária das pensões em 2019.
3. Foi aprovado o decreto-lei que cria o complemento extraordinário para pensões de mínimos, conforme previsto no Orçamento do Estado para 2019.
4. Foi aprovado o decreto-lei que cria o novo regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de velhice.
5. Foi aprovado o decreto regulamentar que estabelece as regras para a fixação da prestação a atribuir na situação de pré-reforma que corresponda à suspensão da prestação de trabalho em funções públicas.
6. Foi aprovada a proposta de lei que estabelece as formas de aplicação do regime da segurança e saúde no trabalho previsto no Código do Trabalho e legislação complementar, aos órgãos e serviços da Administração Pública.
7. Foi aprovada a resolução que aprova o plano de ação para a segurança e saúde no trabalho 2019/2020.
8. Foi aprovado o decreto-lei que clarifica as regras aplicáveis à comparticipação de medicamentos e dispositivos médicos pelo Sistema de Proteção Social dos Trabalhadores em Funções Públicas (ADSE).
9. Foi aprovado o decreto-lei que altera a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas quanto à caducidade dos processos disciplinares e às condições de exercício de funções públicas por aposentados ou reformados.
10. Foi aprovado o decreto-lei que define o modelo de governação para a implementação da faturação eletrónica nos contratos públicos.
11. Foi aprovado o Decreto-Lei que altera o regime jurídico que estabelece os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria.  
Esta alteração permite o exercício de atividade até 31 de julho de 2019 ou até decisão do Banco de Portugal, desde que os intermediários de crédito tenham apresentado os respetivos pedidos de autorização até ao final deste ano.

12. Foi aprovado o decreto regulamentar que estabelece os limites máximos das perdas por imparidade e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas relativamente a empresas do setor financeiro.

13. Foi aprovado o decreto-lei que altera o regime de comércio de licenças de emissão de gases com efeito de estufa.

14. Foi aprovada a resolução relativa aos projetos de instalação e beneficiação de Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível.

## UNIÃO EUROPEIA

### JORNAL OFICIAL DA UE

[Acordo entre a União Europeia e o Japão para uma Parceria Económica](#)

[Diretiva \(UE\) 2018/2057 do Conselho, de 20 de dezembro de 2018, que altera a Diretiva 2006/112/CE relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado no que diz respeito à aplicação temporária de um mecanismo generalizado de autoliquidação em relação às entregas de bens e prestações de serviços acima de um determinado limiar](#)

[Diretiva \(UE\) 2018/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que altera a Diretiva 2012/27/UE relativa à eficiência energética](#)

[Diretiva \(UE\) 2018/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativa à promoção da utilização de energia de fontes renováveis](#)

[Regulamento \(UE\) 2018/1999 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, relativo à Governação da União da Energia e da Ação Climática, que altera os Regulamentos \(CE\) n.º 663/2009 e \(CE\) n.º 715/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 94/22/CE, 98/70/CE, 2009/31/CE, 2009/73/CE, 2010/31/UE, 2012/27/UE e 2013/30/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, as Diretivas 2009/119/CE e \(UE\) 2015/652 do Conselho, e revoga o Regulamento \(UE\) n.º 525/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho](#)

[Regulamento \(UE\) 2018/1971 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que cria o Organismo dos Reguladores Europeus das Comunicações Eletrónicas \(ORECE\) e a Agência de Apoio ao ORECE \(Gabinete do ORECE\), e que altera o Regulamento \(UE\) 2015/2120 e revoga o Regulamento \(CE\) n.º 1211/2009](#)

[Diretiva \(UE\) 2018/1972 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de dezembro de 2018, que estabelece o Código Europeu das Comunicações Eletrónicas \(reformulação\)](#)

COMUNICADOS DE IMPRENSA

[A 1 de janeiro entram em vigor novas regras da UE para eliminar as principais lacunas legais utilizadas pelas empresas para fugirem ao Fisco](#)

[UE intensifica ação no âmbito da OMC contra as transferências forçadas de tecnologia impostas pela China](#)

[Condições mais favoráveis para os consumidores: Comissão congratula-se com a diminuição dos custos dos pagamentos transfronteiriços e com uma maior equidade nas operações de conversão cambial](#)

[Brexit: Comissão Europeia implementa um Plano de Ação de Contingência para «ausência de acordo» relativamente a setores específicos](#)

[Não reciprocidade em matéria de vistos: Comissão faz um balanço dos progressos e da evolução da situação](#)

[União Bancária: Acordo sobre medidas destinadas a evitar a acumulação de empréstimos de mau desempenho](#)

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: [plmjlaw@plmj.pt](mailto:plmjlaw@plmj.pt).

 Melhor Sociedade de Advogados  
no Serviço ao Cliente  
*Chambers European Awards 2018*

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano  
*Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006*  
*The Lawyer European Awards 2015, 2012*  
*Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009*

 Top 50 - Sociedades de Advogados  
mais Inovadoras da Europa  
*Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017-2011*